

A Política Externa de Fernando Collor de Mello

Espósito, Katiuscia Moreno Galhera*

Introdução

A eleição de Fernando Collor de Mello coincidiu com dois eventos determinantes. O primeiro deles diz respeito ao ápice do processo de redemocratização no Brasil, ou volta às eleições presidenciais pelo voto direto, após 25 anos de gestão militar e transição ao Estado de Direito. O segundo se refere à Queda do Muro de Berlim (1989) e, conseqüentemente, ao fim da Guerra Fria, ao triunfo absoluto do capitalismo e à inauguração da Nova Ordem Internacional.

Parte-se da tese dominante que o cenário interno combinado a tais eventos influenciaram, em maior ou menor grau, a política externa brasileira a partir de 1990, potencializada devido aos traços pessoais do candidato eleito, como a simpatia pelo liberalismo econômico.

O artigo nasce da curiosidade sobre a figura excêntrica da política nacional que é Fernando Collor. Em particular, chama-nos atenção seu descomprometimento com o tradicional presidencialismo de coalizão - ainda que se tenha feito possível, durante sua gestão, tal governabilidade - e seu distanciamento relativo do Itamaraty, retomando a chamada diplomacia presidencial, observada em Ernersto Beckmann Geisel e em todos os presidentes pós-Collor.

Estes atos (a quebra com o presidencialismo de coalizão e a diplomacia presidencial) possivelmente refletem a personalidade forte de Collor de Mello, hipótese advogada neste trabalho. Tentaremos demonstrar que, da mesma forma, atitudes inovadoras na política externa do ex-presidente, como a quebra com o paradigma militar e medidas proativas relativas ao Meio Ambiente, dentre outras, também foram decisões altamente influenciadas pelas suas preferências e não pelo tradicional corpo diplomático brasileiro, o Itamaraty, culminando na mencionada diplomacia presidencial.

O artigo está dividido em cinco partes. Na primeira buscamos descrever os cenários internacionais vigentes em 1990, os quais, acreditamos, influenciaram seu

* Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unicamp, Unesp e PUC-SP). Bolsista pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

processo de formulação política. Na segunda traçamos a história política da família do ex-presidente e sua estrada rumo ao poder. No tópico seguinte procuramos identificar as principais características de sua política interna, onde buscamos analisar os vetores que influenciaram também sua política externa. Na quarta parte descrevemos os principais feitos da política externa brasileira do período. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

Cenários internacionais

No relativamente breve período de gestão de Collor de Mello, alguns acontecimentos – que influenciaram, em maior ou menor grau seu governo – estavam em curso no Sistema Internacional.

O fim definitivo da Guerra Fria, consubstanciado na Queda do Muro de Berlim, a inauguração da Nova Ordem Internacional e o fim do regime militar trouxeram ao novo governante algumas demandas de gestão. Essas demandas pareciam ir ao encontro das características do próprio presidente, como a defesa do mercado livre, ligado diretamente ao triunfo do capitalismo, e o voto direto. A Nova Ordem Internacional, por fim, parece ter levado o Brasil a um caminho de *bandwagoning* (Casarões, 2010: 2), onde a posição mais coerente era aquela de se alinhar ao país mais forte do Sistema Internacional.

A exaustão do modelo de substituição de importações, vigente desde a década de 1930 era visível já no começo dos anos 70. O Brasil já possuía, então, parque industrial relativamente grande, e velho. Ademais, a acumulação baseada na importação via substituição de importações era um dos principais responsáveis do endividamento externo observado na República, principalmente no que concerne ao pagamento da taxa de juros. O Brasil havia declarado moratória em 1989 (Banco Central do Brasil, 2004). Assim, um dos motes do discurso de Collor na corrida presidencial destacava a modernização da indústria nacional, quebrando com outra característica de gestão militar: o nacional-desenvolvimentismo (Hirst e Pinheiro, 1995; Cervo, 1997; Casarões, 2010).

A dívida externa trazia outra conseqüência ao Brasil, relativa à sua imagem: o Brasil sofria de falta de credibilidade no mercado internacional, e sua vulnerabilidade estava diretamente ligada à dependência externa de organismos de financiamento.

Mesmo com esse quadro pessimista quanto ao futuro da economia, Collor pretendia o fim do terceiro-mundismo brasileiro: seu objetivo de Collor era colocar o país em um patamar onde fosse reconhecida a sua grandeza, isto é, no seleto clube dos desenvolvidos, como se a barreira entre sub e desenvolvimento pudesse ser quebrada apenas com a força da vontade, em brevíssimo espaço de tempo.

O caminho para o desenvolvimento defendido pelo então presidente era seguir os receituários generalistas do Consenso de Washington, seja pela vontade de grupos de interesse, como empresários, seja pela aproximação ideológica do ex-presidente a tais preceitos. Detalhamos tais medidas nos itens relativos às suas políticas interna e externa.

Outro acontecimento no cenário internacional que atingia a imagem do país ao Sistema Internacional foi a Crise do Golfo Pérsico, quando Collor não se alinhou automaticamente aos interesses e atitudes norte-americanas na região. Sua posição frente ao conflito será abordada com maior grandeza de detalhes no próximo tópico. Entretanto, duas conclusões podem ser retiradas da posição brasileira.

A primeira delas diz respeito ao pragmatismo brasileiro, que tentou manter seus interesses econômicos na região através da manutenção de relações amistosas com o Iraque e não a fidelidade ingênua de Collor aos EUA, como defendem alguns. A segunda conclusão diz respeito aos preceitos ideológicos do ex-presidente: sua simpatia com os Estados Unidos parece estar mais ligada à crença de que o *modus operandi* de sucesso do desenvolvimento ser pelas vias liberais do que a crença na benevolência de relações diversas com o Estado mais poderoso do SI.

Lafer e Fonseca tentavam, à época, delinear tendências que pudessem agregar, de alguma forma, análises mais concretas sobre Política Internacional. Dentre os apontamentos feitos pelos autores, se destacam um mundo em situação de transição; a mudança do foco Leste-Oeste para o Norte-Sul; a continuação da incerteza sobre a tendência às forças globalizantes ou universalizantes e novas necessidades para a governabilidade do Sistema Internacional; a formação de grandes valores no mundo (como o voluntarismo liberal e mensagens únicas, não mais polarizadas), a ascendência de mecanismos multilaterais e a reconceituação da noção de soberania, dentre outros aspectos (Lafer e Fonseca, 1997: 60-65).

Como é de se esperar após o fim de um grande acontecimento como foi a Guerra Fria, o ex-ministro das Relações Exteriores de Collor e o pensador parecem apresentar certo grau de insegurança em sua análise:

(...) evoluímos de uma situação de polaridades definidas (a Guerra Fria), para outra em que as polaridades pareciam ser desimportantes diante da capacidade unificadora de valores racionalmente e universalmente aceitos, para alcançarmos uma última, em que as polaridades estão indefinidas. Ou melhor: conhecemos os pólos de poder, tanto político quanto econômico; o que não sabemos é como vão evoluir (se os pólos econômicos ganharão dimensão política e estratégica) e de que maneira vão lidar com suas relações mútuas; o que não sabemos é se os pólos conduzem a mais integração ou a mais desagregação (Idem, *ibidem*).

A mudança, de polaridades definidas para indefinidas retratam o espírito à época e os próprios argumentos polarizados dos candidatos finais à presidência da República de 1990 (Luis Inácio defendia o socialismo democrático e Fernando Collor defendia o neoliberalismo), como destacaram Lafer e Fonseca no artigo em questão.

Antecedentes e a chegada ao poder

Fernando Collor de Mello nasceu no Rio de Janeiro em 1949 e ascendeu politicamente em Alagoas, seu “curral” eleitoral: o ex-presidente é atual senador pelo estado.

A família Collor conta com vasta história ligada à política nacional. Seu avô, Lindolfo Collor, participou da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista (1932). Trabalhou, a pedido de Getúlio Vargas, no Ministério do Trabalho, um dos principais ministérios, senão o carro-chefe, do então presidente. Seu pai, Arnon Afonso de Farias Mello, foi senador em três mandatos consecutivos (1963-1983), deputado federal (1950-1951) e governador (1951-1956) do estado de Alagoas, pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (Senado, 2011).

Na corrida presidencial, Collor se apresentava como o candidato com características opostas às de seu principal adversário, Luis Inácio da Silva, ainda que ambos tenham origem nordestina.

Luis Inácio, durante a campanha, apresentou-se como o candidato sindicalista; seu discurso se aproximava dos estratos mais pobres da população e do que se considera o pensamento “da esquerda”. No último debate presidencial, do segundo turno, o então

candidato mencionou a luta pelo socialismo democrático, Estado ingerente em setores estratégicos da economia, Leste Europeu, luta pelo socialismo, mudança da mentalidade do empresariado, negociação (e não o pagamento) da dívida externa.

Fernando Collor, por sua vez, se aproximava do empresariado e da classe média e seu discurso era carregado de moralidade. No último debate rumo à presidência, ressaltava suas qualidades como modernizador do país, atacava as teses “marxistas” de seu opositor, destacava a sua oposição contra o calote e a estatização do sistema financeiro (e dizia que Lula os defendia).

Para ascender ao poder, Collor passou por diversos partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), PDS (Partido Democrático Social), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e, finalmente, fundou o minúsculo PRN (Partido da Renovação Nacional).

Um dos motes de seu discurso era ser o “caçador de marajás”, ou seja, liquidador de cargos os quais considerava os salários demasiado altos. Outra pedra fundamental de seu discurso era o combate à inflação, que em 1989 bateu o recorde de 1.764,86% (CPDoc, 2008).

Fernando Collor de Mello tomou posse em 1990 e deixou seu cargo para Itamar Franco, pelo processo de *impeachment*, em 29 de setembro de 1992.

A política (doméstica) de Fernando Collor de Mello

A relação entre o Executivo e o Legislativo no Congresso brasileiro se deu, historicamente, pelo presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988). Durante o governo Collor, entretanto, contrariando a tradição consagrada na política nacional e personificando o estilo do então presidente (Vieira, 2001: 246), a gestão se deu através de governos minoritários. Tal opção se refletiu, inclusive, nos ministérios, onde:

Compôs-se um governo minoritário, com reduzida ascendência partidária sobre os ministérios, apostando-se a) na viabilidade da negociação *ad hoc* de suas políticas com o maior partido do Congresso; e b) na lealdade dos partidos de direita para com o seu governo, uma vez que haviam constituído apoio formal a Collor no segundo turno, e dada a proximidade de seus pontos ideais de políticas com os do presidente (Casarões, 2008: 91).

O perfil forte que se refletiu na composição dos ministérios e na ausência do presidencialismo de coalizão associava-se a outras características como aproximação

dos preceitos liberais, na economia, sob a égide do Consenso de Washington, e aproximação com os Estados Unidos.

Uma das consequências da simpatia ao liberalismo e ao Consenso de Washington foi a privatização de empresas. Foi da gestão de Collor a privatização de empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS) pelo Programa Nacional de Desestatização, Lei nº 8.031 de 1990.

Outra decisão marcante de seu governo, ainda ligada diretamente ao perfil extremista do ex-presidente, foi a forma brutal com a qual se tentou liquidar a inflação. A inflação, em 1989, bateu o recorde de 1.764,86% (CPDoc, 2008). Esta vinha se arrastando desde a década de 1950 e as tentativas de seu predecessor, Sarney, foram frustradas. O presidente em exercício, portanto, herdou uma “herança maldita” dos governos anteriores, como apelidou Fernando Henrique Cardoso mais tarde a inflação. Collor e sua equipe ministerial pareciam dispostos a acabar com a inflação que se arrastava há 50 anos, mesmo que para isso as medidas tomadas fossem drásticas.

Assim nasceu o Plano Brasil Novo (apelidado de “arma de uma bala só”), onde diversas medidas radicais foram tomadas, como:

(..) o confisco das cadernetas de poupança ou conta-corrente que excedessem Cz\$ 50.000 (ou Cz\$ no caso das contas *overnight*), a serem devolvidos após dezoito meses, com a devida correção e juros; a retroação dos preços para o dia 12 de março, criminalizando a prática de abuso econômico; reajuste e congelamento de salários; aumento de impostos, com a IOF (Rodrigues *apud* Casarões, 2008: 107).

Outras medidas que acompanharam o Plano Brasil Novo foram o fechamento de uma série de agências e companhias estatais, demissão de uma significativa parcela do funcionalismo público e mudanças administrativas significativas na área de comércio exterior. A principal delas foi a desativação da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), dentro da reserva de mercado nacional, e a criação do Departamento de Comércio Exterior (DECEX), de caráter altamente liberal (Kingstone *apud* Casarões, 2008: 107-8).

Tomadas essas medidas, ousadas e altamente impopulares, as pesquisas de opinião indicavam, já nos cem primeiros dias de governo, declínio nas taxas de

aprovação do presidente. Em maio a inflação já alcançava a casa dos 8%, as taxas de desemprego não eram otimistas e o governo sofrera derrotas parlamentares e jurídicas. Eram os sinais da primeira crise (Nogueira, 1989-90:3).

Mas o que derrubou o governo, de fato, foram as denúncias de corrupção envolvendo Paulo César Farias, ou PC Farias. Em resumo, foram descobertos recursos recolhidos ilegalmente para reforma da “Casa da Dinda” (morada do ex-presidente em Brasília) e para a compra de um Fiat Elba, dentre outras denúncias. O principal denunciante das irregularidades na gestão Collor foi seu irmão, Paulo Collor de Mello.

Fernando Collor incitou a população ir às ruas protestar contra os setores anti modernização que, segundo o ex-presidente, armavam golpe para tentar derrubá-lo. O resultado foi o inverso do esperado por Collor, quando estudantes, conhecidos como cara-pintadas, saíram às ruas para pedir a saída do então presidente do poder.

Como última tentativa para salvar sua carreira política, Collor renunciou ao cargo antes da abertura de seu julgamento, que teve prosseguimento mesmo com a atitude do ex-presidente. O 336º voto, do deputado Paulo Romano (PFL mineiro), foi o simbólico no processo de queda de Collor de Mello. O ex-presidente, talvez pela não adesão ao presidencialismo de coalizão, estava isolado politicamente: chegara ao fim a sua gestão.

A Política Externa de Fernando Collor de Mello

Em análises de Política Externa do então presidente Fernando Collor de Mello, é praticamente consensual que, no âmbito econômico, houve abertura da economia sob a égide do denominado “Consenso de Washington”, característica da política externa do ex-presidente que mencionamos no tópico anterior. Significava, na prática, aproximação com as grandes potências do Sistema Internacional (notadamente os Estados Unidos) e, como mencionamos, a privatização de empresas (projeto que continuou durante a gestão de Itamar Franco), dentre outras medidas.

A política implementada por Collor, a partir de 1990 – identificando a agenda e os objetivos da política exterior – teve um pressuposto que a diferenciou das anteriores, e marcaria o rumo das seguintes, que foi a modernização. Porém, ela foi concebida sob a recuperação do liberalismo brasileiro da época de Castello Branco, *aggionardo* às tendências do neoliberalismo que foram impulsionadas desde Washington. Sua agenda exterior estava marcada por este perfil, incluindo como um dos objetivos a atualização da agenda

internacional do país, a construção de uma agenda prioritária e não conflitiva com os Estados Unidos e a redução do perfil “terceiromundista”. (Meza, 2002: 60)

Assim Collor, que teve como uma de suas características marcantes o personalismo no trato das questões políticas, quebra com o paradigma militar de como de da PE que vigorava desde 1970, isto é, a “busca de novos espaços de atuação política e econômica no âmbito internacional, no sentido de alterar a histórica dependência face aos Estados Unidos” (Pereira, 2005: 296). O novo governo passa a consentir o desarmamento e controle de armas nucleares, químicas e biológicas, contrariando a posição histórica brasileira de não adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na prática, o Brasil acabara por assinar ou revisar diversos tratados ligados à diminuição de armas ou de desenvolvimento, como a revisão do Tratado de Tlatelolco, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), o Acordo Nuclear Quadripartite de Salvaguardas com a AEIA, legislação para controle de exportação desta qualidade de armas nucleares, o Compromisso de Mendonza (renúncia ao uso, produção, aquisição ou transferência de armas químicas e biológicas), o acordo quadripartite de salvaguardas entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA (Cardozo, 2002).

Quanto à propriedade intelectual, decisão marcante do novo gestor foi a aprovação da legislação de patentes para produtos farmacêuticos na Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo brasileiro, na ocasião, cedeu aos Estados Unidos sem qualquer contrapartida deste, sendo que antes da decisão de Collor tentativas incisivas, por parte de outros governos foram tomadas com a finalidade de não ceder ao tema, recorrendo ao GATT.

Aqui se evidencia clara aproximação ideológica aos EUA: é possível que Collor buscasse aumentar a credibilidade do país através do respeito à propriedade intelectual, que é o que pensam os empresários. Outra demonstração de aproximação com os Estados Unidos foi o acordo, com este país, pelo fim da reserva de mercado para a informática, que se arrastava desde 1980.

Evidente até aqui foi a caminhada do Brasil rumo ao multilateralismo, seja pela assinatura de acordos via agências internacionais, seja pela busca de novos parceiros em

temas sensíveis. Para Pereira (2005), o multilateralismo na agenda de política externa do Brasil significa busca pela autonomia.

Nesta caminhada rumo à multilateralização, o Brasil aprovou no GATT, de forma rápida, o texto proposto na Rodada Uruguaí para aprovação da OMC. Também tem o governo Collor o mérito de iniciar o processo de integração regional via MERCOSUL e, não devemos deixar de mencionar que o Brasil também continuou participar de organismos como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Cone Sul.

Quando às relações com a África, de parceria durante a década de 1980, Sombra Saraiva observa que:

(...) os níveis do comércio do Brasil com a África Negra retornam aos das décadas de 1950 e 1960. No início da década de 1990, o comércio do Brasil com a África não chega aos 2% das relações comerciais do Brasil, depois de ter alcançado níveis em torno dos 10% no início da década (Saraiva, 1994:320).

Mérito da gestão Collor foi o encabeçamento de temas ligados ao Meio Ambiente, como o recebimento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 e a aprovação, na mesma ocasião, da Agenda 21, quebrando com o paradigma desenvolvimentista puro e combinando desenvolvimento com a manutenção do Meio Ambiente, também presente na atuação da Política Externa Brasileira desde tempos imemoriais.

No campo dos Direitos Humanos (DH),

o Brasil adere, em 24 de janeiro de 1992, aos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Anuncia em 25 de setembro de 1992, em Washington, sua adesão formal à Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto San José. (Cardozo, 2002: 133)

Destaca-se que os DH em questão não estavam ligados a quaisquer compromissos de promoção da paz, mas com a democracia e sua consolidação. Lembramos que o país estava em processo de redemocratização e, portanto, os DH 1ª geração eram os mais valorizados.

Com efeito, o discurso do então presidente à XLV Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas destaca o conceito de democracia diretamente ligada ao de direitos humanos.

O discurso de Marcos Castrioto de Azambuja, embaixador na França durante a gestão Collor, aborda diversos dos temas neste tópico abordados, como o Consenso de Washington, no “saneamento das finanças públicas, retração do papel do Estado, enxugamento da máquina administrativa, desregulamentação, liberação das forças de mercado e estímulo à livre iniciativa”; Meio ambiente, quando cita que “o Brasil passou à ofensiva na apresentação de propostas para o direcionamento de recursos crescentes em prol da preservação”; Direitos Humanos, argumentando que o Brasil entendia que “a comunidade internacional tem o direito de preocupar-se com [suas] violações”; a credibilidade do país para a comunidade internacional, pela “imagem internacional do país [que] depende, fundamentalmente, da realidade que se encontre dentro de nosso próprio território (...) corrigida em virtude das mudanças que se têm operado”. (Azambuja, 1991: 1-6).

Como esperado, Azambuja também abordou a relação do Brasil com os EUA, onde “com os países industrializados, entre os quais os Estados Unidos, o Brasil tem demonstrado sua disposição de exercitar, incessantemente, a vocação para o diálogo e a negociação”; o multilateralismo, através da “participação do Presidente Collor em foros como a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos e a Cúpula Mundial para a Criança” e; a vulnerabilidade, reconhecendo “que patamares elevados de desenvolvimento têm sido credenciais importantes para influência nas grandes decisões”. (Idem, Ibidem).

Quanto à imagem do país frente à comunidade internacional, apesar dos esforços de Collor e sua equipe para se tornarem bem vistos, o episódio da Crise do Golfo Pérsico demonstra que o objetivo perseguido por Collor não surtiu, em todas as ocasiões, efeito. Ao não romper relações com o Iraque, esperançoso de negócios futuros com o país e na contramão da tendência dos parceiros dos EUA, o Brasil obteve resultados contraproducentes:

A postura de preocupação com o respeito ao Direito Internacional no Oriente Médio e o apoio aos princípios e propósitos intrínsecos à Carta das Nações Unidas, confrontada pela clara agressão iraquiana ao território do Kuwait, fez com que a única reação brasileira esperada fosse a condenação às pretensões

expansionistas de Hussein. No entanto, Collor optou pela adoção de uma relativa equidistância, balizado pelo princípio da cautela, levando em conta que o Brasil tentava resgatar sua imagem internacional ao mesmo tempo em que continuava a enxergar no Iraque um parceiro comercial com potencialidade para a ampliação das relações (Seabra de Cruz Jr, Cavalcante & Pedone *apud* Freire, 2009: 63).

Somada à “decepção norte-americana”, o processo de impeachment que sofreu Collor durante seu mandato contribuiu para potencializar a imagem do país no Sistema Internacional. Se houve credibilidade construída durante sua gestão, foi erodida pelo escândalo de corrupção durante seu governo:

(...) o desapontamento dos EUA traduziu-se em desinteresse em aprofundar as relações, visto que a fragilidade doméstica de Collor corroborava com as previsões de que seu governo não seria longo – e que de fato não foi, levando em conta que a crise política viria a acentuar-se ainda mais no ano seguinte após as graves denúncias apresentadas pelo irmão do Presidente contra a sua pessoa, que lhe causaram, além da execração pública, o impeachment em outubro de 1992 (Revista Veja *apud* Freire, 2009: 69).

De acordo com documentos do Departamento de Estado norte-americano publicados pelo site Wikileaks, o Brasil ainda é visto como corrupto pelos Estados Unidos.

Considerações Finais

Neste artigo buscamos caracterizar decisões e características da Política Externa de Fernando Collor de Mello através da análise de eventos ocorridos em sua gestão. Para tanto, buscamos traçar um perfil aproximado do ex-presidente, associando-o às decisões tomadas em sua gestão. Conforme mencionado na introdução, partimos da premissa dominante que a os traços distintivos, pessoais, do candidato eleito imprimiram à Política Externa do período um estilo de gestão altamente personalista. Assim, eventos ocorridos no Sistema Internacional se conjugaram com as escolhas do candidato eleito dando rumos ao destino do país que apenas aconteceriam sob sua gestão.

Exemplos da inflexão entre acontecimentos do Sistema Internacional foram políticas liberais tomadas dentro de nosso território, sob a égide do Consenso de Washington, quebrando com o paradigma nacional-desenvolvimentista do regime

militar, iniciativas propositivas quanto ao Meio Ambiente, acordos multilaterais relativos aos Direitos Humanos/ democracia, o caminho ao multilateralismo como, por exemplo, a assinatura de pactuação do MERCOSUL, o alinhamento aos Estados Unidos quanto às patentes farmacêuticas e ao desenvolvimento de tecnologia nuclear.

Para que demonstrássemos, ao longo do trabalho, a relação entre o estilo personalista de Collor e suas decisões conjugadas com acontecimentos no Sistema Internacional, procuramos em cada tópico exemplificar facetas e nuances de nossa hipótese inicial.

Na primeira parte, buscamos traçar cenários internacionais que influenciaram de alguma forma as decisões de Fernando Collor. O fim da Guerra Fria e a Queda do Muro, por exemplo, parecem se identificar com as preferências pessoais do ex-presidente, como a opção pelo liberalismo e pela democracia.

No segundo tópico procuramos demonstrar que a tradição política da família influenciou, em grande medida, as decisões realizadas por Collor. E que a sede incontrolável de Collor pelo poder o fez passar por diversos partidos até fundar a sua própria legenda nanica, talvez por falta de apoio em outros estamentos.

Feitas essas considerações, buscamos enfatizar o estilo personalista do ex-presidente quando em sua gestão através de exemplos do seu isolamento político, seja pela não adesão ao presidencialismo de coalizão, pela formação de uma pasta enxuta de ministérios (presume-se que Collor não buscava agradar a partidos políticos pelo fornecimento de cargos importantes via Ministérios), ou mesmo pela decisão radical de confiscar poupanças, congelar preços e demitir funcionários públicos, dentre outras. Também pretendemos demonstrar que a opção de desenvolvimento “collorida” se destacava por decisões consideradas liberais (economicamente) pelos cientistas políticos e economistas. Para tanto, exemplificamos um dos exemplos clássicos de liberalismo econômico em seu governo, ou seja, a privatização de empresas como a USIMINAS.

Por fim, dirigimo-nos para o objetivo principal deste trabalho, tratar da Política Externa de Collor e de como os acontecimentos internacionais influenciaram e foram (com exceção do episódio do Golfo) ao encontro de suas preferências pessoais.

Concluimos, com base nesse estudo, que a diplomacia presidencial retomada neste período foi consequência direta do estilo de Fernando Collor de Mello, apelidado de voluntarista, inseqüente, azarão, amador e, como acreditamos ser mais adequado, personalista.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio H. de. “Presidencialismo de Colisão: o dilema institucional brasileiro”. **DADOS**, vol. 31, no. 1, 1988.
- ARBILLA, José María. “Arranjos Institucionais e Mudança Conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989-1994)”. **Contexto Internacional**, vol. 22, no. 2, 2000.
- AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. “A Política Externa do Governo Collor”. **Coleção Documentos**, no. 13, março de 1991.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Títulos da Dívida Externa**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/Palestras/BC_Univ_20041015_titulos_divida_externa.pdf. Acesso em 20/02/2011 às 18h46m.
- BRASIL. **Programa Nacional de Desestatização**, Lei nº 8.031 de 1990.
- CARDOZO, Sandra Aparecida. **Política Externa Brasileira nos anos 90**. Dissertação de mestrado, IFCH/ UNICAMP, 2002.
- Casarões, Guilherme Stolle Paixão e. **A Economia Política do governo Collor: discutindo a viabilidade de governos minoritários sob o presidencialismo de coalizão**. Dissertação de mestrado, FFLCH/ USP, 2008.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª. ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- CPDoc. Hoje na História. Disponível em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=10949>. Acesso em 20/02/2011 às 18h58m.
- CRUZ JR, Ademar Seabra de; CAVALCANTE, Antonio Ricardo F.; PEDONE, Luiz. “Brazil’s Foreign Policy Under Collor”. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 35, no. 1, 1993.
- FLECHA DE LIMA, Paulo Tarso. “Modernização e obstáculos para a Internacionalização da Economia Brasileira”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano XXXI, no. 123-4, 1988.
- FREIRE, André de Aguiar. O governo Collor de Mello e a Crise no Golfo Pérsico. **Cadernos de Relações Internacionais**, vol. 2, no. 1, 2009.
- HIRST, Monica e PINHEIRO, Letícia. “A Política Externa do Brasil em dois tempos”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 38, no. 1, 1995.
- KINGSTONE, Peter. **Crafting Coalitions for Reform: business preferences, political institutions, and neoliberal reform in Brazil**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999.
- LAFER, Celso e FONSECA, Gelson Fonseca. In: FONSECA, Gelson Fonseca E castro, Sérgio Henrique Nabuco. **Temas de Política Externa Brasileira II**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. “O Brasil em crise e o mundo em transição: política exterior brasileira de Sarney a Collor”. **Ciências e Letras**, no. 37, 2005.

REVISTA VEJA. **Edição Extra: Caiu!** São Paulo: Editora Abril, 03 de outubro de 1992.

RODRIGUES, Alberto Tossi. **O Brasil de Fernando a Fernando:** neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Ijuí: Unijuí, 2000.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *In:* CERVO, Amado Luiz. **O desafio internacional.** Brasília: Ed. UnB, 1994.

SENADO FEDERAL. **Períodos Legislativos da Quinta República:** 1967-1970. Disponível em:

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1479&li=43&lca b=1967-1970&lf=43. Acesso em 20/02/2011 às 18h54m.

VIEIRA, Marco Antonio Muxagata de Carvalho. “Idéias e Instituições: Uma Reflexão sobre a Política Externa Brasileira do Início da Década de 90”. **Contexto Internacional**, vol. 23, no. 2, julho-dezembro de 1991.